



Entrevista com Angela Alonso

Angela Alonso é professora livre-docente do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, Presidente do Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), e pesquisadora do CNPq PQ-1D. É doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (2000), com Pós-Doutorado na Yale University (2010). Foi agraciada com os prêmios CNPq/Anpocs (2001), John S. Guggenheim Foundation Award (2009), Jabuti (2016) e da Academia Brasileira de Letras (2016). Foi membro dos comitês acadêmicos da ANPOCS (2014-16) e da BBM-USP (2013-2016) e coordenadora do LAPS-USP (2012-2015). Suas pesquisas e publicações se concentram na investigação das relações entre cultura e ação política e dos movimentos políticos e intelectuais.

<http://lattes.cnpq.br/7337422715793785>

Entrevista concedida via correio eletrônico a **Felipe Silveira de Oliveira Malacco** e **Gislaine Gonçalves Dias Pinto**, doutorandos na linha História Social da Cultura do Programa de Pós Graduação em História da UFMG e membros do Conselho Editorial da *Temporalidades*, gestão 2017/2018.

[Revista *Temporalidades*]: Professora, primeiramente, gostaríamos de dizer que é um imenso prazer fazer esta entrevista com você para o atual dossiê da *Revista Temporalidades*. Estamos às vésperas dos 130 anos de abolição da escravidão. Qual a relevância histórica, social e cultural que você atribui para a discussão dessa efeméride?

[Angela Alonso]: Efemérides políticas têm uma carga simbólica, elas rememoram momentos decisivos da história nacional. Neste sentido são importantes para que eventos, como a Abolição, sejam periodicamente lembrados e ressignificados. Contudo, as efemérides são representações oficiais do que se passou, costumam transmitir a versão oficial que o estado nacional deu ao fenômeno. No caso da Abolição, esta versão associou o fim da escravidão com a princesa reinante, Isabel, e desconsiderou a mobilização dos abolicionistas no espaço público e as rebeliões e fugas de escravos. Reações a esta versão apareceram na celebração da abolição em 1888, quando movimento negro e analistas engajados deslocaram a atenção da princesa para os escravos. Então a efeméride açulou a luta simbólica em torno do sentido da Abolição.

De outro lado, a cada vez que se celebra a Abolição, reaparece um fantasma, o resto de seu programa, que não foi implementado. O movimento abolicionista demandava fim da escravidão, pequena propriedade e direitos para os libertos. Negociada que foi, a lei Áurea só contemplou o



primeiro tópico e deixou sem amparo os ex-escravos. Boa parte dos problemas sociais que o país enfrenta hoje, a começar pela desigualdade, tem origem aí, na forma pela qual se fez a Abolição, sem concessão de direitos e garantias aos que se libertaram da escravidão.

[RT]: Professora, a senhora lançou em 2015 o livro “Flores, Votos e Balas: O movimento abolicionista brasileiro (1868-88)”. Quais as questões que divergem e vão de encontro em relação a historiografia produzida até então sobre o tema?

[AA]: O livro tem por tese principal a ideia de que houve um movimento social nacional pela abolição da escravidão no Brasil, que durou duas décadas e operou em três esferas sucessivas, espaço público, instituições políticas e clandestinidade. Este tese se contrapõe a duas outras presentes na literatura mais tradicional sobre a abolição. A primeira é que a abolição tenha sido obra da Coroa. A segunda é que tenha decorrido apenas de razões econômicas, com o desenvolvimento do capitalismo. Procuo mostrar que houve mobilização social intensa, de impacto decisivo sobre o sistema político.

De outro lado, abandono a divisão que se firmou sobretudo a partir dos anos 80 na historiografia brasileira entre “emancipacionistas, que seriam moderados, e “abolicionistas”, que seriam mais radicais. Ou entre abolicionismo parlamentar” e “popular”. Meu ponto é que esta divisão não ajuda a explicar o fenômeno, porque, mesmo que as posições de princípio possam parecer diferentes em discursos e escritos, na práticas todos os abolicionistas agiam coordenadamente e a opção por formas mais (como candidaturas) ou menos institucionais (como fugas coletivas) de ação decorreu de constrangimentos e oportunidades abertas em cada conjuntura política – e não de crenças abstratas. Por exemplo, “radicais” como Antonio Bento se candidataram a cargos políticos e “moderados” como Nabuco ajudaram na fuga de escravos. Tampouco houve esta divisão entre os que atuavam no parlamento e fora dele. Isto é, nem os atores agiam exclusivamente em uma arena, nem recorriam a um único tipo de estratégia. As três arenas, instituições políticas, espaço público e clandestinidade tiveram sua importância e se influenciaram reciprocamente.

Outro ponto para o qual chamo a atenção é o contramovimento social escravista. O escravismo já foi muito estudado como fenômeno econômico, mas as motivações econômicas (salvar a propriedade baseada na escravidão) não se convertem automaticamente em ação política (organizar um movimento político de resistência à abolição). É preciso organização, liderança. Os escravistas brasileiros se organizaram em clubes da lavoura, no interior dos partidos, sobretudo o Conservador, e criaram uma rede de resistência forte, nacional e de longa duração à Abolição. Então o processo político abolicionista foi uma luta entre dois lados organizados e



comprometidos: abolicionistas e escravistas. Não se pode analisar um lado sem considerar o outro e, ainda, o polo que faz a mediação entre eles, o Estado.

Por fim, a literatura sobre a abolição sempre enfatizou a dimensão nacional da problemática, ao passo que chamo a atenção para o caráter transnacional do movimento, mostrando como os abolicionistas brasileiros se conectaram e se inspiraram em congêneres estrangeiros.

[RT]: Em seu livro, você aborda o movimento abolicionista como um movimento social. A partir de quais pressupostos teórico-metodológicos você trabalhou para análise da documentação? Quais perspectivas esse tipo de leitura traz para o entendimento do movimento abolicionista? Quais as possibilidades de diálogo entre o fazer historiográfico e o fazer sociológico na abordagem dessa questão?

[AA]: Minha formação é em sociologia política, então me vali de técnicas de levantamento, sistematização e análise já típicas deste campo no estudo dos movimentos sociais. Parti da definição do fenômeno dada por autores na linha da teoria do Confronto Político, que tratam um movimento social não como um ator, mas como uma rede de relações sociais entre diversos indivíduos e grupos, em constante rearranjo de líderes, táticas e metas, conforme a força e organização de seus adversários e interlocutores. Do ponto de vista do recorte empírico, esta perspectiva me levou a seguir os eventos de protesto, em vez dos atores. Assim, levantei em jornais de época os eventos organizados por abolicionistas, suas estratégias principais (que chamei de *estilos de ativismo*) e as associações que criaram para promovê-los. Concebendo a política como fenômeno relacional, em que há sempre outro lado, levantei também as respostas que o estado e o contramovimento escravista deram às ações do movimento.

Esta metodologia permitiu reconstruir o abolicionismo como fenômeno nacional e de longa duração, mostrando que embora muitos atores entrem e saiam do movimento, os estilos de ativismo, os líderes e as arenas de mobilização conferem certa estruturação mínima comum. Assim as ações ganham um ar de família, uma mesma cara, uma mesma direção, que permite identificar muitos ativistas, doutro modo dispersos, como parte de um mesmo movimento abolicionista.

[RT]: Qual o papel do espaço público, da esfera político-institucional e da clandestinidade no processo de abolição da escravidão no Brasil? Nesse sentido, qual a relevância da atuação de ativistas e intelectuais como Luís Gama, André Rebouças e Joaquim Nabuco?



[AA]: Cada uma das arenas foi crucial numa fase da mobilização: primeiro o espaço público, quando os ativistas usaram conferências-concerto, espécie de showmício, que acabavam em flores; depois a aliança com o governo e as candidaturas parlamentares, tempo dos votos; e por fim, o período de enfrentamento, quando, diante de um governo repressor, os abolicionistas migraram em peso para ações de desobediência civil.

As lideranças foram cruciais para construir estilos de ativismo que foram sendo replicados pelo país inteiro ao longo da campanha, caso das ações de liberdade, do lobby, da libertação de territórios, das conferências-concerto, das fugas coletivas organizadas. Os líderes como Nabuco, Gama, Abílio Borges, Patrocínio foram cruciais em criar conexões entre as diferentes arenas e grupos de ativistas com diferentes estilos de ativismo. Contudo, a peça central foi Rebouças, que operou do começo ao fim da campanha, articulando, negociando, e fazendo avançar alianças entre facções do movimento e dele com o sistema político.

Quanto à formulação da pergunta de vocês, gostaria de ressaltar que nenhum destes ativistas era um “intelectual” no sentido moderno, de pessoas dedicadas precipuamente a atividades letradas. Eram homens de ação, da política, que, como todos os políticos do tempo, escreviam panfletos, artigos de imprensa e versos. Não havia ainda um campo intelectual autônomo, uma carreira própria para acadêmicos que permita usar o termo para o século XIX.

[RT]: A historiografia da escravidão, sobretudo a partir da década de 1980, começou a pensar efetivamente a agência dos escravizados no processo que levou à abolição da escravidão no Brasil. A partir das fontes que você acessou, qual é seu entendimento sobre essa agência?

[AA]: Esta geração de trabalhos foi muito importante para ressaltar que houve resistência escrava e ativismo político dos estratos sociais mais baixos da sociedade imperial contra a escravidão. Sua contribuição é enorme. Contudo, o sucesso desta linha acabou conduzindo as novas gerações a se fixarem nela, deixando de lado a lógica institucional e o ativismo no espaço público – a relevância de eventos públicos, da fundação de associações, das iniciativas e alianças no interior das instituições políticas. Seja o foco nas razões econômicas da abolição, seja na agência escrava acabou fazendo com que quase se abandonasse o estudo da dinâmica interna das instituições políticas. E elas foram cruciais. Nelas se desenrolou um jogo difícil, sem cartas marcadas. É preciso entender sua lógica própria e o modo pelo qual esta arena se articula com as demais. É para isso que, espero, este meu livro venha a contribuir.